



COMISSÃO DIREITOS HUMANOS E MINORIA

REQUERIMENTO CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO **Nº DE 2019.** (Do Sr. BIRA DO PINDARÉ)

Requer a convocação do Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, a fim de prestar informações acerca dos impactos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinados entre o Brasil e os EUA, que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos art. 117, II; e art. 219, I e §1º, do Regimento Interno, requero a convocação do **Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva**, a fim de prestarem informações acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), celebrado entre o Brasil e os EUA, que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão e seus impactos nas comunidades rurais e quilombolas.

Justificação

Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, ou AST, é uma iniciativa que atende aos interesses do Programa Espacial Brasileiro e que poderá dar ensejo à geração de recursos, capacitação, progresso e aprofundamento das atividades espaciais. É um acordo recíproco de proteção de tecnologias

Brasil e Estados Unidos firmaram na última segunda-feira, dia 18 de março, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, para o comercial da base de lançamentos aeroespaciais de Alcântara, no Maranhão, cujo conteúdo ainda não foi divulgado.

O referido acordo vem sendo debatido pelos dois países desde 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso assinou o acordo, rejeitado na sequência pelo Congresso Nacional.



A nova redação do referido acordo, resultado da última negociação entre os países, ainda é desconhecido pela população brasileira e por isso gerar insegurança. Segundo os veículos de comunicação o acordo apresenta pontos problemáticos, tais como o alto custo de manutenção que será arcado pelo nosso país e a impossibilidade de transferência de tecnologias para o Brasil.

Críticos do pacto apontam ainda, os riscos à soberania nacional e os efeitos nocivos para moradores de Alcântara, uma possível remoção de comunidades quilombolas.

A fim de esclarecer os termos do acordo celebrado, bem como os seus efeitos as comunidades rurais e quilombolas do Maranhão. Nesse sentido é que solicitamos o **comparecimento imediato do Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, Fernando Azevedo.**

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, 02 de abril de 2019.

Deputado Federal BIRA DO PINDARÉ
PSB/MA